

Ulysses quer Carta que garanta liberdade e mudança

Brasília — Luciano Andrade

Brasília — No seu discurso de posse na presidência da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães anunciou que a nova Constituição "deverá ser — e será — o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro". Com voz pausada, mas firme, Ulysses foi especialmente aplaudido quando destacou, no texto de 19 laudas, que "a nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar".

"É um parlamento de costas para o passado, este que se inaugura hoje para decidir o destino constitucional do país", disse Ulysses, na condição de presidente da Constituinte, presidente da Câmara e do PMDB, e substituto direto do presidente José Sarney na Presidência da República. Seu discurso, um enunciado de princípios, abordou a questão das mulheres, dos jovens, da educação, a propriedade privada, a posse da terra, a "espoliação externa".

Eis os principais trechos do discurso, lido a partir das 15h40min para uma atenta platéia de deputados e senadores, dos quais mais de 60% exercendo seu primeiro mandato em Brasília.

Política — "Vencer as injustiças sem violar a liberdade pode parecer programa para as sociedades da utopia, como tantos sonhadores escreveram, antes e depois de Morus. Mas na realidade é um projeto inseparável da existência humana, e que se cumpre a cada dia que passa. (...)

Conduzir essa caminhada é tarefa da política. Sem esse ideal maior, a política desce de sua grandeza à superficialidade das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras."

Livre iniciativa — "A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do país, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados.

A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la."

Salários — "A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores. Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça — uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos — é também dela conseqüência".

Espoliação interna — O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Mello Franco. As senzalas do século passado estão hoje nas favelas. Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços — mas todos legatários da condenação de servir e sofrer.

Espoliação externa — Não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se de brutal mais-valia internacional, que nos é expropriada na transferência líquida de capitais.

Distribuição de renda — "Não entendem, os insensatos, que somos, no Terceiro Mundo, também senzalas dos países mais poderosos, e que só seremos

realmente livres do saque quando distribuímos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno".

Propriedade do solo — "Modernizar a economia é torná-la competitiva, com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo. A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse social, que prevaleça o interesse da nação.

A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem, e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la".

Forças de mercado — "Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobre tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias, ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos."

Coesão interna — "A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso, se poderosa não for a coesão entre os seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos".

Distribuição tributária — "Federação e democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores, e nossa Assembleia não poderá deixar estas questões ao relento. Elas devem ser enfrentadas com a coragem necessária. Incluo-me entre os que, como Carneiro da Cunha, consideram a autonomia federativa a base da unidade nacional. Esta autonomia reclama, em primeiro lugar, uma justa apropriação tributária. Só há unidade entre entidades de igual direito, e não pode a União transformar-se, como se transformou, em poder isolado das realidades estaduais.

A Federação, golpeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbítrio. Cumpre-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência."

Especulação financeira — "É preciso modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual, que não encontra espaço em um estado cartorial, aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas.

Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento."

Crescimento — "Construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares — como tantos fizeram — aumenta o produto interno bruto, mas não significa por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um país. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos, se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram-nos e os transportaram até o mar. Fazer um país crescer é fazê-lo crescer dentro de si mesmo, é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção, se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo?"



Ulysses abre a sessão da Constituinte

Líderes não conseguem aprovar norma básica

Brasília — Se o deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, tiver uma dor de dente e não puder comparecer à Constituinte, não haverá sessão até o dia 24, data marcada para votação do regimento definitivo da Assembleia. Ulysses não conseguiu que os constituintes aprovassem ontem sequer o projeto de resolução contendo normas provisórias para o funcionamento da Constituinte, elaborado pelos líderes depois de sucessivas reuniões.

As normas propostas "são autoritárias", acusou o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), e houve reação no plenário, ficando a decisão para hoje, quando a Constituinte entra em seu terceiro dia sem ter a mínima ideia de como irá trabalhar. O bate-boca em plenário durou mais de uma hora e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tentou explicar aos constituintes que o documento tinha como objetivo apenas disciplinar os trabalhos. "O projeto é simples", argumentou Fernando Henrique. A fala do senador não foi suficiente para acalmar a bancada paulista. "Qualquer proposta imposta é autoritária e a bancada paulista quer examinar o que existir para fazer suas próprias sugestões", reagiram os deputados Del Bosco Amaral e Tidei de Lima.

Ulysses Guimarães fez um apelo aos parlamentares: "As normas provisórias são necessárias. Estou com enormes dificuldades para conduzir os trabalhos porque não existem regras." Depois da sessão, Ulysses apenas comentou que a confusão era "normal". E esquivou-se: "Estamos no primeiro dia de funcionamento, de fato, da Constituinte." Depois de muitos protestos, a decisão ficou para hoje, após o exame dos parlamentares.

Falhas

Uma falha contida nas normas provisórias é a inexistência de previsão sobre quem abrirá as sessões caso o deputado Ulysses Guimarães não possa comparecer. Segundo a sugestão dos líderes, até a aprovação do Regimento Interno definitivo, a Mesa da Assembleia será constituída pelo presidente e cinco secretários por ele designados para cada sessão. Como os secretários não serão fixos, o presidente da Assembleia não poderá faltar porque não existirá quem indicar para a Mesa. Pelo Regimento da Câmara e do Senado, quando não estiver presente nenhum membro da Mesa, os trabalhos são abertos pelos parlamentares mais idosos que estiverem em plenário, lembra o ex-deputado João Gilberto, alegando que seria mais fácil indicar secretários fixos.

Outro problema é que as decisões constitucionais que os parlamentares querem tomar imediatamente, como a definição de se a Câmara e Senado entrarão em recesso, não poderão ser votadas até o dia 25. Isso porque, segundo as normas provisórias, requerimentos só poderão ser votados, pela maioria simples dos presentes em plenário, quando houver quórum de 280 parlamentares, a maioria absoluta da Assembleia.

Assim, não há nenhum artigo entre os 32 das normas provisórias que estabeleça a votação de propostas constitucionais concretas, o que desanima deputados como Mendes Ribeiro (PMDB-RS), José Genuíno (PT-SP) ou Victor Faccioni (PDS-RS), que querem o recesso total da Câmara e Senado, o fim do decreto-lei previsto na atual Constituição e a confirmação do Presidente José Sarney na Presidência da República. Todas essas seriam propostas de decisões constitucionais.

Segundo a proposta, até o dia 25 as sessões da Constituinte se realizarão diariamente, exceto sábados e domingos, das 14h às 18 horas. Durante duas horas, haverá o "pinga-fogo", quando os parlamentares podem falar durante cinco minutos sem apartes. Na hora subsequente, os líderes poderão fazer suas comunicações. Esse horário será distribuído aos partidos proporcionalmente ao número de parlamentares e, a última hora, até o dia 6 deste mês, será dedicada a apresentação de emendas ao regimento interno.

Votação deu mais poder a constituintes

Brasília — O governo foi apanhado de surpresa pela decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, de colocar em votação na segunda-feira à noite, quando presidía a Constituinte, o requerimento do PT e do PCB sugerindo a exclusão dos senadores de 1982 do processo de elaboração da Constituição. "Esse foi um grave precedente", reagiu, de imediato, naquela noite, um assessor parlamentar das Forças Armadas.

O que o governo considerou "grave precedente", para os parlamentares da esquerda foi "um ótimo precedente". Não pela presença ou não dos senadores de 82 na Constituinte — uma questão que consideram importante, mas secundária. Mas os dois lados concordam em que, ao colocar em votação, no plenário da Constituinte, uma matéria que envolvia a interpretação da atual Constituição, o ministro Moreira Alves abriu precedente para que toda a atual carta seja revista pelos constituintes. Isso envolve desde a possibilidade de decretação, para vigência imediata, da duração do mandato do presidente Sarney, até a constatação de que caberá à Constituinte (e não ao governo) "administrar a transição política", segundo palavras de um parlamentar.

A interpretação dos parlamentares sobre a atitude do ministro Moreira Alves é a mesma feita pelo governo: a Constituinte, que já era soberana para redigir a futura Constituição, torna-se soberana para modificar a atual. Imediatamente, se quiser. O processo de "administração da transição política" era o pano de fundo da polémica em torno da constituinte exclusiva e da Constituinte congressual. O Palácio do Planalto envolveu-se com todas as forças para evitar a exclusividade da Constituinte.

"Eu não sei se o ministro Moreira Alves se deu conta da sua decisão", disse o líder do PCB, deputado Roberto Freire. "Mas quando apresentamos o requerimento para a votação, não estávamos interessados simplesmente na questão dos senadores de 82. O importante era a tese. Quem decide agora o que pode e o que não pode é o plenário da Assembleia Nacional Constituinte".

A medida das brigas locais

Brasília — A lista dos 126 parlamentares que, na primeira sessão da Constituinte, votaram contra a participação dos senadores eleitos em 82 não é um bom guia da presença da esquerda na Constituinte. Nela faltam os parlamentares do PDT, os dois representantes do PSB e boa parte daquele grupo mais ou menos difuso que se conhece como "esquerda do PMDB". Mas ela é um preciso indicador do grau de rejeição que alguns destes senadores enfrentam em seus estados.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) que o diga. Ele conseguiu reunir, na bancada de 34 gaúchos, o "não" de 24 parlamentares, inclusive os do PDS, que jamais poderiam ser considerados de esquerda.

Veio do Rio Grande do Sul também o único "não" do PDT, através do deputado Amaury Muller. O partido, em reunião do diretório, decidiu aprovar a participação dos senadores de 82.

Com as orelhas queimando também ficou o ministro Marco Maciel, que pode voltar ao Senado pelo PFL pernambuco na contingência de uma reforma ministerial. O "não" pernambuco encontrou dez adeptos numa bancada de 28. E não se pode dizer que sejam de esquerda deputados como Carlos Wilson, Gonzaga Patriota e Harlan Gadelha, todos do PMDB e adversários de Maciel. De olho no mapa da votação, o líder do PCB, Roberto Freire, só encontrou quatro parlamentares "progressistas" entre os dez pernambucanos que optaram pelo "não".